



LAS HERMANITAS PERDIDAS: AS ILHAS MALVINAS NO IMAGINÁRIO NACIONAL ARGENTINO

Rafael Macedo da Rocha Santos¹

Resumo

As ilhas Malvinas representaram um dos poucos pontos de convergência para os argentinos durante o século XX. A causa atravessou gerações como um problema irresoluto em um país cada vez mais dividido. Diante de sucessivas turbulências políticas e econômicas, a sociedade argentina materializou no arquipélago, em litígio com os britânicos desde 1833, uma saída para problemas domésticos urgentes. Nesse sentido, esse artigo busca relacionar a formação e a intensidade da causa com as crises internas vividas pela Argentina.

Palavras-chave

Nacionalismo;
Militarismo;
Radicalismo;
Turbulências.

LAS HERMANITAS PERDIDAS: THE FALKLANDS ISLAND IN THE ARGENTINIAN NATIONAL IMAGINARY

Abstract

The Falklands Islands represented one of the few points of convergence for the Argentineans during good part of the century XX. The cause has gone through generations as an irresolute problem in a country increasingly divided internally. Faced with successive political and economic crises, the Argentinian society materialized in the archipelago, in litigation with the British since 1833, as an outlet for urgent domestic problems. In this sense, this article seeks to associate the intensity of the cause of Falklands with internal crises in Argentina.

Keywords

*Nationalism;
Militarism;
Radicalism;
Turbulences.*

¹ Doutorando em História Comparada (PPGHC-UFRJ). E-mail: rafaelmrsantos@yahoo.com.br.

Introdução

A intensidade do sentimento nacional argentino sobre as Malvinas não é difícil de exagerar. Ocupadas à força pela Grã-Bretanha desde 1833, as ilhas remontam aos argentinos um passado mítico: a luta pela consolidação do território nacional contra uma grande potência das lutas de independência das primeiras décadas do século XIX.

De acordo com os argentinos, a perda das ilhas responde a uma lógica arbitrária e injusta: uma grande potência imperial previamente formada contra uma jovem nação em consolidação e envolta em guerras civis. Isso atribuiu à causa questões perenes como justiça e reparação e que jamais cessaram de existir no imaginário coletivo argentino.

A maneira como as independências das antigas colônias da América Espanhola se desenrolou criou a figura do libertador do jugo das potências europeias. Estas representações foram personificadas nos generais caudilhos que povoam os monumentos públicos destes países e se enraizaram no imaginário popular. A associação destas figuras com as ilhas Malvinas corroboravam assim uma tradição que vinha desde o século XIX.

Desde então, o tema oscila no imaginário popular argentino como uma “fratura permanente” que insere a nação como algo incompleto. Apesar de outros problemas territoriais terem sido uma constante na História argentina, nenhum deles atrairia tamanha atenção naquela sociedade como a causa das Malvinas.

Um “etnocentrismo militante” invadiu inclusive as análises de estudiosos acadêmicos daquele país. De acordo com historiador argentino Luis Alberto Romero (2006): “Não somos o que deveríamos ser, pois não temos todo o nosso território: recuperar as terras argentinas arrebatadas é uma missão e um mandato (...). Não seremos uma nação completa até recuperar o que nos pertence”.

A década de 1930 é decisiva para o acirramento dos nacionalismos argentinos, principalmente quando começam a se articular orientações anti-imperialistas com discursos populares de fácil compreensão e aceitação pelo senso comum.

Na análise da atuação do Estado argentino na questão das ilhas Malvinas, percebe-se com clareza que o assunto é invocado com maior ou menor de acordo com determinadas variantes internas como crises políticas e econômicas. Os reclames argentinos em torno das Malvinas, apesar de perenes, pareciam se acentuar e se articular claramente em torno de uma mescla de conjunturas internas favoráveis e desfavoráveis.

A partir desse momento, a Argentina passa a perder importância no continente para o Brasil e vê sua economia entrar em completo colapso. Após a crise financeira de 1929, as dificuldades políticas e econômicas obrigaram os argentinos a buscar um desenvolvimento econômico nacional autônomo, o que aumentou o nível de exigência coletiva para questões nacionalistas que, anteriormente, se encontravam adormecidas.

As dificuldades conjunturais da Grã-Bretanha nos anos 1930 romperam com o alinhamento incondicional de Buenos Aires com Londres dos anos anteriores, gerando assim um clima de rivalidade bilateral que se transferiu para o plano interno argentino. A dependência econômica transferia-se para outra superpotência (Estados Unidos) e abriria espaço para questionamentos maiores sobre as ilhas a partir desse momento.

Da Europa, a partir dos anos 1930, chegavam aos argentinos ideias de correntes antiliberais e ultranacionalistas como o nazismo e o fascismo. Com um grande contingente populacional de imigrantes europeus na Argentina atuando como um fator complicador, a causa das Malvinas fora mais uma vez catapultada por esses fatores.

Após a Segunda Guerra Mundial e com as preocupações de segurança hemisféricas oriundas daquele conflito (inauguração do foro interamericano após a criação da OEA em fins dos anos 1940), desde então, as gestões diplomáticas argentinas para as ilhas se tornariam cada vez mais constantes junto aos seus vizinhos hemisféricos. Aproveitando-se de noções pan-americanas, os argentinos aumentavam sua pressão sobre o assunto.

Nesse interim, as cidades argentinas dilatavam-se, a imprensa se desenvolvia, as classes médias se consolidavam e o país industrializava-se e urbanizava-se. O peronismo, que dominaria a cena política do país, fomentava um “novo” nacionalismo pós-1930 e criava internamente um corpo social altamente engajado e politizado em questões de Estado, uma das peculiaridades da sociedade argentina frente aos seus vizinhos.

A substituição de um modo de produção agrário para uma sociedade industrializada acelerou o culto às Malvinas. Essa transição demográfica contribuiu decisivamente para a consolidação de um sentimento nacional unânime em relação às ilhas Malvinas, no sentido em que *esclareceu* à uma enorme massa o significado simbólico da causa.

Nesse sentido, a radicalização da sociedade e a militarização interna acompanham de perto a evolução política das negociações sobre as ilhas como uma espécie de “termômetro” entre a política doméstica e as pressões argentinas sobre a transferência de soberania das ilhas nos organismos internacionais.

As Malvinas só passaram a ser de interesse público argentino a partir da conscientização da Argentina enquanto nação a partir da década de 1930: essa é uma das principais hipóteses a serem corroboradas nessa pesquisa. De fato, percebe-se que a consolidação política do país ocorrera no século XIX, mas que a consolidação cultural enquanto nação fora bem mais tardia: um século depois.

O vagaroso processo de consolidação do Estado Nacional ao longo do século XIX e o vasto desenvolvimento econômico argentino em fins do século XIX e início do século XX estão associado às isoladas notas de protesto diplomáticas encaminhadas pelas então Províncias Unidas do Prata. Nenhuma delas, entretanto, gerou um grande impacto interno ou uma mobilização de massas como ocorrera a partir de 1930.

A Argentina e as ilhas Malvinas:

As Malvinas são um entrave ao que muitos estudiosos chamam de Pós-Modernidade: a persistência de temas relacionados ao culto incondicional de antigas ideologias como a ideia de Estado-Nação. Reforça-se assim a especificidade e a emotividade coletiva que o tema adquire, exercendo influência direta sobre os rumos da República Argentina tanto no passado quanto nos dias atuais.

As Malvinas remontavam à uma ideia de “libertação nacional” que reproduzia as lutas pela consolidação da unidade territorial. No caso argentino, a independência (1810) antecedeu em apenas 23 anos a invasão britânica às ilhas (1833). Desde então, vários choques como o bloqueio anglo-britânico ao porto de Buenos Aires (1845-1850) acirraram esse viés libertador. A construção do nacionalismo argentino seguiu essa lógica anti-imperialista, algo constantemente presente na formação nacional do país do século XIX.

O conceito de Estado-Nação se confunde com a trajetória percorrida pelo próprio conhecimento histórico. Ambas as suas origens remontam ao século XIX, estão amparadas na noção de identidade e se debatem com a repetição de fenômenos: a continuação do passado, no caso dessa pesquisa, em torno da ideia de nação.

A obsessão que o tema adquiriu entre os argentinos a partir da década de 1930 por si só merece atenção de estudiosos de nacionalismo: expressões como “santidade”, “cruzada” e “divindade” são recorrentes entre os cidadãos daquele país. O próprio conflito de 1982 era tratado corriqueiramente no país como uma “guerra santa” ou “justa”.

Trata-se de uma demonstração de poder cuja ação reside na capacidade de atrair massas e que por vezes é comparada à fenômenos extremos como o nazi-fascismo, pois envolve questões que se sobrepõe à própria racionalidade. No caso argentino, a materialização de uma idealização em um arquipélago longínquo e sem grande valor.

Nesse sentido, o conflito das Malvinas (1982) se insere na lógica clássica de Karl Von Clausewitz, pensador militar alemão do século XIX que concebia a guerra como a continuação da política interna por outros meios.

A existência de uma identidade cultural propriamente argentina merece por só uma introdução, já que está atuará como “biombo justificador” para a atuação diplomática no plano exterior. Assim se buscará articular essas gestões dos governos com as crises internas, atuando uma sobre a outra como condicionantes entre si.

O nacionalismo é uma das várias manifestações de alteridade da pós-modernidade. No caso argentino, remonta-se à uma suposta superioridade racial branca do país frente a seus vizinhos negros e indígenas como fora perpetuada pelo chanceler Estanilao Zeballos, um dos chefes da diplomacia. Essa concepção, construída desde fins

do século XIX, habitaria o imaginário argentino sendo fomentada por nomes como Domingo Sarmiento.

Na análise da atuação do Estado argentino na questão das ilhas Malvinas, percebe-se com clareza que o assunto é invocado com maior ou menor de acordo com determinadas variantes internas como crises políticas e econômicas. Os reclames argentinos em torno das Malvinas, apesar de perenes, pareciam se acentuar e se articular claramente em torno de uma mescla de conjunturas internas favoráveis e desfavoráveis.

A Argentina vivera uma época de grande prosperidade econômica entre 1880 e 1930. Buenos Aires era considerada uma capital cosmopolita europeia “nos trópicos”. Um fluxo enorme de capitais ingleses abastecia o país e gerava grandes divisas aos exportadores argentinos. Nesse ambiente de relativa estabilidade interna, a causa das Malvinas não mobilizaria maiores consequências na sociedade argentina, além de protestos isolados.

A partir dos anos 1920, diversos intelectuais e políticos argentinos passaram a se debruçar com frequência sobre a questão das ilhas na opinião pública, dando início à questionamentos mais combativos e militantes. Surgiam assim correntes xenófobas que concebiam a proteção de uma identidade cultural argentina contra a chegada em massa de imigrantes. Esses movimentos se articulavam com discursos positivistas e eram corroborados pelo então nascente corporativismo como fórmula de cooptação das massas.

Passava-se corriqueiramente a associar as Malvinas com a falta de independência plena argentina e a permanência constante de vínculo territorial com os europeus. Criava-se assim uma forma de radicalismo institucionalizado sobre o impasse com os britânicos.

As grandes transformações internas atravessadas pela Argentina a partir da década de 1930 explicam como se acentuou o culto coletivo dos argentinos às Malvinas, antes restrito à poucos círculos diplomáticos, de caráter efêmero, sem a participação popular e sem a intensidade nacional que seriam verificados a partir de então. As incertezas econômicas relacionadas à crise de 1929 marcariam o início de um longo período de decadência financeira da Argentina.

Segundo Celso Furtado (2004), a Argentina, que vivenciou crescimento econômico médio de 5,1% entre 1900-1929, veria o seu PIB apresentar queda média de 0,5% do PIB entre 1929-1955, um dos maiores tombos da História mundial.

Embora a Argentina tenha permanecido entre os 15 países mais ricos até meados do século XX, o golpe de Estado contra Yrigoyen marcou o início de um declínio econômico e social constante que empurrou o país para longe do vasto desenvolvimento social verificado entre fins do século XIX e inícios do século XX.

A economia argentina passa a partir de então por um processo de forte estatização, que coloca o Estado como centro da economia. A cobrança pela assinatura

de um pacto comercial desfavorável (Roca-Runciman) em 1933 colocará de vez o Reino Unido como alvo de reclamações argentinas dali em diante.

O tratado praticamente abriu o mercado interno para importações britânicas (em troca apenas de compras de carnes) e criou um clima de rivalidade anglo-argentino constante na sociedade e no governo, transferido para a questão das Malvinas.

A partir dos anos 1940, a decrescente influência britânica sobre a Argentina também contribuiu para um considerável esforço por partes dos governos autoritários e radicais para ativar assuntos relacionados à “Segurança Nacional”. O fluxo de capitais ingleses para a economia local foi drasticamente reduzido desde então (ROMERO, 2006: p.68).

A junção entre o surgimento de fenômenos como populismo e nacionalismo ao longo do século XX ajudavam a articular uma vertente de reivindicações populares com as próprias posições do governo argentino na causa, formando um consenso e uma unanimidade difíceis de serem atingidos em diversos momentos da História argentina.

As constantes lutas entre distintas facções (sindicalistas, peronistas, socialistas, liberais, radicais e militares) se inseriam em um contexto de grande instabilidade institucional que reinou no país durante mais da metade do século XX.

As sucessivas crises políticas e econômicas precipitaram um aumento do papel do Estado na vida social. Essas intervenções levaram ao controle de mentes e paixões argentinas com forte viés nacionalista. Nesse contexto, as Malvinas surgiram como válvula de escape: um saudosismo que os remetiam à épocas de glórias de fins do século XIX e início do século XX.

O golpe que empossou o general Uriburu na presidência inaugurou uma sequência de insurreições militares: de 1930 até 1982, a Argentina vivera 28 anos sob estado de sítio e assistira em média a mais de uma ruptura institucional por década.

Ao longo desses 52 anos do recorte temporal da pesquisa (1930-1982), 21 presidentes assumiram o poder. Desses, apenas três completaram o período para o qual foram eleitos. Apenas entre 1962 e 1981, foram cinco golpes de Estado: alguns de militares contra outros militares como o caso de Galtieri contra o general Viola em fins de 1981.

A argentinidade tornou-se o único sentimento unânime e consensual entre as mais diversas correntes políticas do país no século XX. Esse vácuo de influência gerou relevantes mudanças sociais, acelerando mecanismos institucionais ideológicos de controle de classes menos favorecidas como o peronismo.

Desde então, as Forças Armadas desempenhariam a partir de então um papel de protagonismo na política nacional e se transformariam em ator político crucial do país.

Sucessivos governos aproveitaram-se assim do grande engajamento dos argentinos em questões políticas para criar uma aparente coesão em torno de questões

belicistas que arraigavam boa parte de uma população, que já havia experimentado grandes períodos de militarização devido às inúmeras ditaduras do século XX.

Esse novo nacionalismo pós-1930 congregava grupos políticos de direita e esquerda, em um discurso convergente e conciliador. Nesse enfoque, os inimigos da nacionalidade não eram os imigrantes, nem “a escória democrática”, nem os “vermelhos”, mas a Grã-Bretanha e a oligarquia entreguista. O discurso antiimperialista começou a frequentar as retóricas de radicais, socialistas, sindicalistas e intelectuais (ROMERO, 2006: p. 67).

A existência de uma identidade cultural propriamente argentina merece por só uma introdução, já que está atuará como “biombo justificador” para a atuação diplomática no plano exterior. Assim se buscará articular essas gestões dos governos com as crises internas, atuando uma sobre a outra como condicionantes entre si.

O nacionalismo é uma das várias manifestações de alteridade da pós-modernidade. No caso argentino, remonta-se à uma suposta superioridade racial branca do país frente a seus vizinhos negros e indígenas como fora perpetuada pelo chanceler Estanilao Zeballos, um dos chefes da diplomacia. Essa concepção, construída desde fins do século XIX, habitaria o imaginário argentino sendo fomentada por nomes como Domingo Sarmiento.

Algumas variantes coloniais como o imperialismo são objetos de estudos recorrentes no meio acadêmico como quando se relaciona nacionalismo ao chamado Terceiro Mundo. Nesse caso, a permanência britânica emperraria a própria formação nacional argentina.

Nesse sentido, nacionalismo e imperialismo atuaram como condicionantes entre si em movimentos de emancipação na América Latina. Contextualmente, essa noção se reproduziu no caso da formação nacional argentina e especificamente na questão das ilhas². Dessa forma, em busca de novos apoios, os argentinos alegavam que as Malvinas não era apenas uma questão nacional, mas também uma causa regional latino-americana.

Soma-se à essa problemática, a incorporação ativa das massas como corpo político atuante na Argentina no século XX. A questão das Malvinas estava enraizada na sociedade argentina como causa nacional repleta de valores e simbolismos pelos quais a população estava disposta a se sacrificar (NOVARO e PALERMO, 2007: p. 540).

O constante revisionismo histórico em uma sociedade politizada criava uma sensibilidade nacional que não se limitava somente aos militares e aos governantes: “um conjunto de sentimentos, atitudes e ideias rascunhadas (...) que revelaram uma grande capacidade de dissolver polarizações” (ROMERO, 2006: p.88).

² Quando as primeiras fotos dos soldados britânicos capturados nas ilhas começaram a circular, os argentinos não tiveram dúvidas em afirmar que: “os terceiro-mundistas haviam derrotado a superpotência e superado a dependência”. Isso acirrou ainda mais noções como colonialismo e imperialismo.

O próprio sistema educacional argentino se baseava na aprovação de um projeto de lei (nº 11.904 de 1934) do deputado socialista Alfredo Palácios para aprofundar e difundir o tema nas bibliotecas populares e escolas argentinas e sugerir a inclusão de um capítulo em todos os livros didáticos da Nação a respeito da “usurpação” britânica de 1833. Incluía-se assim a obra *Islas Malvinas* de Paul Groussac (1936) nos colégios do país:

O sentimento nacional de desagravo à sua bandeira, com o perpassar dos anos, foi avolumando-se e ganhou forma, ensinado à juventude argentina desde os bancos das escolas primárias, onde livros e mestres sustentavam continuamente que as Malvinas eram argentinas. E esse desagravo passou sem grande esforço aos líderes do país, passando a constituir uma espécie de obsessão coletiva que, impaciente, aguardava qualquer oportunidade (DUARTE, 1986: p. 30).

A propaganda estatal era outro fator incentivador da causa e havia se enraizado na sociedade com uma força impressionante desde fins dos anos 1930. A questão das ilhas se tornou um tema muito sensível, onde todos os argentinos leigos e intelectuais opinavam abertamente, seja em periódicos ou artigos, mais também em obras literárias.

Em 1938, o governo de Marcelo Ortiz criou a *Junta de Recuperação das Malvinas*, com o intuito de aprofundar a conscientização sobre o tema por meio de músicas, poemas e sonetos. A vencedora do certame foi a *Marcha de las Malvinas* dos compositores Carlos Obligado e José Tieri, que se tornou *hino informal* das ilhas nos anos seguintes:

Trás su manto de neblinas/ no las hemos de olvidar/ Las Malvinas Argentinas!/ clama el viento y ruge el mar/ Ni de aquellos horizontes/ nuestra enseña han de arrancar/ pues su blanco está en los montes/ y en su azul se time el mar/ quién nos habla aqui de olvido/ de renúncia, de perdón?/ ningún suelo más querido/ de la Pátria en la extensión! / Por ausente, por vencido/ bajo extraño pabellón / ningún suelo más querido / de la patria en la extensión!

Nos anos 1940, inicia-se uma forte pressão diplomática argentina, cuja intensidade se relaciona diretamente com problemas internos. A força que a política externa para o tema adquire a partir de então não possui parâmetro com nenhum outro momento histórico anterior, o que demonstra a pressão interna sobre a atuação da diplomacia.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por exemplo, o isolamento argentino imposto pelos EUA, sob a acusação de proteger nazistas, criou um dos primeiros focos explícitos de acirramento de nacionalismo interno antiimperialista.

As reclamações argentinas se tornaram constantes nos âmbitos da ONU, OEA e países não-alinhados, foros internacionais em que Argentina encontraria grande receptividade e militar com grande ênfase até a guerra de 1982.

Diversos eventos sociais corroboraram a crescente pressão social sobre as ilhas. Documentos argentinos divulgados recentemente confirmam os planos do então presidente Perón em 1951 para a retomada do arquipélago por via militar. Em 1953, Perón envia um emissário à Coroação de Elizabeth II para negociar a soberania das ilhas.

Em 1965, durante o IV Campeonato Mundial de Equitação e Polo em Buenos Aires, a presença do príncipe Philip (marido de Elizabeth II) no país fora considerada uma provocação por muitos argentinos. Naquela ocasião, a fachada da Embaixada britânica fora metralhada, enquanto o Consulado inglês em Rosário acabou sendo depredado.

Em setembro de 1966, um grupo de jovens peronistas decidiu sequestrar um avião comercial em Río Gallegos e obrigar o piloto da aeronave a descer em Port Stanley (capital das ilhas) para exigir a rendição do governador britânico. Depois, descobriu-se que eram financiados por empresários argentinos.

Nesse mesmo ano, o governo Arturo Illia decreta a fundação do *Instituto Nacional das Ilhas Malvinas* para a promoção de pesquisas científicas sobre o arquipélago. Essas atitudes demonstram o enorme capital político interno que as ilhas proporcionavam a quem tentasse reavê-las, independente do meio que fosse.

Os mais variados governos incentivavam o discurso de que apenas uma Argentina unida seria capaz de fortalecer o país na recuperação das ilhas. Esse tipo de “nacionalismo militante” criava noções de percepções distorcidas de realidade, pois esse comportamento com temas nacionais já era bem conhecida e se manifestava com grande aceitação.

O compositor argentino de pseudônimo Athualpa Yupanqui escreveu em 1971 uma música sobre as ilhas Malvinas chamada “Hermanita Perdida” que obteve grande receptividade em seu país. Fora durante a presidência do general Alejandro Lanusse, uma das dezenas de militares ascendidos ao poder por crises políticas internas. A letra da canção faz referência a um parente perdido que precisava retornar ao lar:

De la mañana a la noche/ De la noche a la mañana/ En grandes olas azules/ Y encajes de espumas blancas/ Te va llegando el saludo/ Permanente de la Pátria/ Ay, hermanita perdida/ hermanita, vuelve a casa/ Malvinas, tierra cautiva/ De un rubio tiempo pirata/ Patagônia te suspira/ Toda la pampa te llama/ Seguirán las mil bandeiras/ Del mar, azules y blancas/ Pero queremos ver una/ Sobre tus piedras clavada/

Para llenarte de criollos/ Para curtirte la cara/ Hasta que logres el gesto de la Pátria/ Ay, hermanita perdida/ Hermanita: vuelve a casa.

Muitos políticos argentinos entre os anos 1950 e 1960, de tendência nacionalista, passaram a articular as Malvinas ao destino da República, da democracia, dos tratados comerciais e até mesmo dos miseráveis do país. Concomitantemente, o forte engajamento civil em torno de causas nacionais contribuiu para legitimar as Forças Armadas argentinas como instituições centrais de poder no século XX, acirrando questões de “segurança nacional”.

Segundo Moniz Bandeira (1995), até 1930, o PIB argentino equivalia ao dobro da economia brasileira. Em 1982, a economia do Estado de São Paulo já era maior do que toda a economia argentina. O severo esvaziamento financeiro acarretou consequências na geopolítica continental como a perda da liderança sul-americana para o Brasil, o que obviamente abalaria ainda mais o *enfraquecido* imaginário popular argentino.

Conclusão:

Finalmente, em 2 de abril de 1982, os militares da última ditadura militar ocupam à força o arquipélago. Três dias antes (30 de março de 1982), a polícia dissolvera com violência uma manifestação de opositores em Buenos Aires. Apenas 72 horas depois após a repressão, o cenário se alterou: os mesmos reclamantes iriam agora às ruas para apoiar incondicionalmente “qualquer medida adotada pelo governo militar”.

Praticamente todos os setores da sociedade argentina, inclusive as Madres da Praça de Maio, parabenizaram o governo pela ação empreendida nas ilhas (o que na verdade era uma invasão militar gratuita contra uma grande potência como o Reino Unido). Esqueciam-se inclusive das consequências e da gravidade desse ato *descarado* contra o Direito Internacional dado o êxtase e o frenesi que se instalou no país.

Apesar de todos os problemas internos argentinos, a comoção tomou conta do país a partir de então: mais de duzentas mil pessoas ocuparam a Praça de Maio para saudar o presidente general Leopoldo Galtieri nos dias posteriores à invasão. A popularidade do governo saltara de 26% para 74% em questão de poucos dias (DUARTE, 1986).

Do exterior, vieram manifestações entusiasmadas de apoio de exilados do regime militar como as de Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980. De fato, o nacionalismo argentino deu um nó ideológico no país durante a guerra de 1982 com a maioria dos esquerdistas apoiando o presidente general Leopoldo Galtieri.

Concretizava-se assim a materialização de um velho sonho da sociedade argentina que, automaticamente, tornava-se real após décadas de idealização. Era o resultado de décadas de uma formação nacional para a causa das ilhas concomitante

com crises internas: a justificativa para uma guerra contra os britânicos com centenas de vítimas.

Referências Bibliográficas:

- BALESTRINI, Alberto (org.). *Pensar Malvinas*. Buenos Aires: Observatório Parlamentario de la Cuestión Malvinas, 2007.
- BALZA, Martín. *Malvinas, Gesta e Incompetência*. Buenos Aires: Atlántida, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Ensaio, 1995.
- CABRAL, Antônio; MARTINEZ, Hugo; WILSON, Marcos; GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: história de uma derrota*. São Paulo: EMW Editores, 1983.
- DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Bóris. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: 34, 2004.
- DUARTE, Paulo de Queiróz. *O Conflito nas Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Gradiva, 2004
- GONÇALVES, Williams (orgs.). *Argentina e Brasil: vencendo os preconceitos*. Rio de Janeiro: Revun: 2009.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar Argentina (1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: USP, 2007.
- ROMERO, Luis Alberto. *Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (org.). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- TERRAGNO, Rodolfo. *Falklands*. Buenos Aires: Ediciones De la Flor, 2002.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WHELING, Arno. *A invenção da História*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.



Recebido em agosto de 2018

Aceito para publicação em agosto de 2018